

T-LIGA



Sintrajufe RS
União, coragem e protagonismo.

Boletim do Sindicato dos
Trabalhadores do Judiciário Federal
no RS - Nº 352 - 2ª Quinzena de
Julho / 2013

**PARTICIPE DA ASSEMBLEIA GERAL
DO SINTRAJUFE, DIA 03 DE AGOSTO.
VAMOS ESCOLHER NOSSOS REPRESENTANTES
PARA PLENÁRIA DA FENAJUFE.**



EDITORIAL

Democracia na comunicação

Nos últimos meses, cresce a mobilização em torno do Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações, cuja finalidade é regulamentar os artigos da Constituição que impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa e estabelecem princípios para a radiodifusão sob concessão pública (rádio e televisão).

Impossível imaginar uma democratização efetiva da vida social, com livre circulação de informações e pluralismo, diante do desmedido poder dos impérios midiáticos. Por isso, é insuperável a exigência de legislações antimonopólicas de comunicação, sobretudo na radiodifusão sob concessão pública, em função da penetração social e dos requisitos de interesse coletivo que as empresas concessionárias de canais de rádio e televisão devem cumprir

para desempenhar suas funções de informar, esclarecer e entreter.

São essenciais políticas públicas que valorizem os meios chamados “alternativos” (como rádios e televisões comunitárias, agências de notícias independentes, mídias digitais), estimulem a produção audiovisual nacional e preservem o patrimônio e as tradições culturais. Que sejam políticas debatidas na sociedade e formuladas com realismo, considerando as mutações da era digital. Que protejam a diversidade e favoreçam a manifestação de vozes ignoradas ou excluídas dos canais midiáticos. Que estimulem a compreensão e a interpretação dos fatos de maneira plural. E que possam intensificar a diversidade cultural e fazer prevalecer o direito humano à comunicação como bem comum dos povos.



O homem e sua razão

Jorge Utan Feijó Cotta - servidor das VTs de Porto Alegre

Há alguns dias, escrevi sobre a capacidade do ser humano, por meio da oportunidade dada a ele. Hoje eu vejo que tinha razão: o poder muda as pessoas, mas as pessoas - o povo-também podem mudar o poder, basta eles terem consciência de que num país onde haja democracia eles tem o dever de exercer esse direito.

Na maioria das vezes - no caso do Brasil - o povo, por mais que ele faça e aconteça - ainda é submisso (de ocasião). Por mais que esse mesmo povo diga “não, eu não sou” ou “nós não somos”, chega um momento em que a razão lhe aflora. E ele se dá conta que está deitado em um berço esplêndido, como um gigante adormecido, com sua aurora percussora em seu próprio esteio.

Pois assim lhe foi ensinado, incutido, prometido, que com seu trabalho construirá um outro Brasil, e esse povo crédulo nada mais faz do que, obediamente, ir atrás desse sonho. Pois neste sonho lhe fora colocado que ele estaria inserido. Com divisão de renda, cultura, educação, saúde, segurança.

Quando esta esperança fictícia de que seria um Brasil pra frente, e o mais importante a mentira clara

e escancarada dos governantes, e a falta de respeito chegam ao seu ápice. Mas de uma forma contrária, e com dolo para ele, povo. Aí é chegado um momento em que a paciência, a sensibilidade o ato de urbanismo e a solidiedade inerente ao nosso povo dão lugar a novas visões, idéias e perspectivas de que ele pode, não só mudar a si mesmo, mas mudar muitas coisas que lhe envolvem. E está inserido.

Aí é chegada a hora de acordar desse berço esplêndido e tomar a forma de um gigante, que lhe é peculiar, e seguir a aurora que lhe indica um caminho que há muito tempo já era seu. E começar a tomar de seu próprio esteio. Quando isto acontece, o povo não está se insurgindo, mas começando a tomar conta do que é seu de fato, com o direito de exercer os seus deveres como povo, e o dever de exercer seus direitos como nação.

Quando esse povo vê, sabe que seu país é economicamente viável, e, ao mesmo tempo, lhe é exigido que ele sempre dê um pouco mais de si. É chegado o momento de dizer um “pare, vamos organizar!”. O que mais me deixa tranquilo é saber que não precisamos usar bandeira alguma, pois a bandeira de um povo é a sua razão.

Senão esta: o direito de exercer os seus deveres como povo, e o dever de exercer seus direitos como nação.

Os artigos assinados nesta coluna são da responsabilidade dos seus autores, não refletindo, necessariamente, os pontos de vista da direção do Sintrafeijó/RS.

Sintrajufe/RS defende suspensão do PJe em reunião com TRT4

Willians Barros

Os diretores do Sintrajufe/RS Mara Weber, Silvana Klein e Zé Oliveira participaram, no dia 04/07, de reunião conjunta com a presidente do TRT4, desembargadora Maria Helena Mallmann, o desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, que coordena a implantação do PJe no estado, o juiz auxiliar de Gestão Estratégica, Roberto Siegmann, o juiz auxiliar da Corregedoria Regional do TRT4, Ricardo Fioreze, o secretário-geral da Amatra IV, Maurício Bastos, e o representante OAB-RS, Denis Einloft. Também participaram do encontro o médico do trabalho e assessor de saúde do sindicato, Geraldo Azevedo, e, pelo TRT, a psicóloga Caroline Bertolino, da Secretaria de Relações Internas, e o servidor Pablo Barros, da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

A reunião teve o objetivo de discutir os problemas relacionados à implantação do processo eletrônico (PJe) no TRT4. Foi entregue à mesa cópia do relatório elaborado pelos assessores de saúde do Sintrajufe/RS sobre as visitas feitas aos servidores dos oito municípios gaúchos em que o PJe já está implantado. No documento, o sindicato apresentou uma série de propostas e pediu a suspensão da implementação do processo judicial eletrônico, prevista para Canoas em julho e Porto Alegre em setembro,



Implantação do PJe e suas consequências foram pauta do debate

até que questões apontadas no relatório tenham sido resolvidas.

Durante o debate - bastante intenso - os representantes do Tribunal lembraram que o PJe está sendo implementado em razão das metas do CNJ e de resolução do CSJT. Causaram perplexidade algumas afirmações feitas por alguns dos representantes do TRT, desconsiderando os impactos do trabalho com computador sobre a saúde dos servidores. Foi preciso que o médico do trabalho Geraldo Azevedo resgatasse os resultados da pesquisa do sindicato feita na JF com servidores que já trabalham desde 2004 com processo eletrônico, lembrando que é cientificamente comprovado que o trabalho com computador causa *secura* nos olhos, problemas osteomusculares e estresse mental. A diretora Mara enfatizou que os depoimentos dos colegas feitos nas visitas são autênticos, “não são alucinações”. A presidente do TRT reconheceu, e referiu ser público e notório que as novas tecnologias causam diver-

sos problemas de saúde, e que isso é uma preocupação da administração.

Após ouvir as demandas, a desembargadora Mallmann ponderou que as dificuldades devem-se, particularmente, ao fato de se trabalhar com os processos físicos e eletrônicos ao mesmo tempo, descartando, porém, qualquer possibilidade de suspender o processo de implementação do PJe. Diante da posição da administração, os diretores do Sintrajufe/RS informaram não descartar uma mobilização dos servidores para o atendimento de suas reivindicações.

Os sindicalistas também registraram que a capacitação foi considerada pífia em 99% das oito cidades onde o PJe foi implementado no RS. Entre os fatores agravantes para o adoecimento observado, os dirigentes mencionaram o mobiliário pensado para um cenário do futuro distante, quando já não mais haverá processos físicos. Os diretores do sindicato também cobra-

ram a Portaria estabelecendo pausas durante a jornada de trabalho. A presidente Mallmann afirmou que esta questão ainda não está fechada na administração.

Encaminhamentos

Ao final da reunião, as questões foram encaminhadas para uma resposta objetiva a ser dada pela Comissão de Implementação do PJe do TRT4, na pessoa do desembargador Cassou Barbosa. As questões envolvendo a saúde dos servidores ficarão a cargo da Secretaria de Relações Internas. Outro encaminhamento aprovado no encontro foi a disposição da administração de retornar às oito cidades em que o PJe foi implementado para avaliar as condições ergonômicas e de capacitação, além de verificar as questões do sistema e avaliar a possibilidade de implementação de ginástica laboral. A administração ainda concordou em abrir espaço para que o sindicato acompanhe a implementação do PJe em Canoas, em julho.

Sintrajufe/RS participa do Dia Nacional de Lutas

Rosane Vargas



Servidores do judiciário federal levaram reivindicações da categoria e dos trabalhadores em geral

O 11 de julho, Dia Nacional de Lutas, foi um dia histórico para a classe trabalhadora brasileira. No Rio Grande do Sul, desde a madrugada, trabalhadores de diversas categorias foram para as ruas paralisar empresas e garagens de ônibus. Os manifestantes também bloquearam 23 rodovias ao longo do dia. Três marchas seguiram rumo ao Largo Glênio Peres, partindo da Rótula do Papa, do Monumento ao Lçador e da avenida Assis Brasil.

Os servidores do Judiciário Federal integraram-se à marcha que saiu da Rótula do Papa, seguindo pelas avenidas Erico Verissimo, Venâncio Aires e João Pessoa até o Largo Glênio Peres. Na frente do prédio do Grupo RBS, os manifestantes fizeram um protesto, denunciando o monopólio da mídia

O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais e a Fenajufe, que também convocaram para a mobilização, incluíram os seguintes pontos prioritários na pauta:

- Reajuste salarial digno e valorização do servidor público
- Data-base e negociação coletiva
- Garantia do direito de greve
- Paridade entre ativos e aposentados
- Anulação da Reforma da Previdência

e cobrando a democratização dos meios de comunicação, além da taxaço das grandes fortunas.

Durante todo o trajeto, dirigentes sindicais lembravam a pauta da classe trabalhadora, que inclui bandeiras como fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, rechaço ao PL 4.330 (sobre a terceirização), reforma política, 10% do PIB para a educação pública, 10% do PIB para a saúde pública, democratização da mídia, entre outras reivindicações. Os servidores do Judiciário empunhavam bandeiras do Sintrajufe/RS e faixas com as pautas específicas da categoria e também reivindicações gerais da classe trabalhadora. A diretora Silvana Klein avaliou como muito positivo o Dia Nacional de Lutas. “A classe trabalhadora deu uma demonstração de força e unidade, colocando milhares de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas em torno de uma pauta conjunta pelas liberdades democráticas e direitos. O nosso sindicato, mais um vez, esteve presente, trazendo a pauta dos servidores e das servidoras do Judiciário Federal”, afirmou a dirigente.

Por volta das 16h, todas as caminhadas chegaram ao Largo Glênio Peres, onde foi realizado o grande ato político unificado. Todos votaram, na assembleia popular, pela taxaço das grandes fortunas, contra o racismo, pela reforma agrária e pelo fim do monopólio da RBS, entre outros pontos.

ional de Lutas, que parou o estado

Rosane Vargas



Participação popular marcou manifestação



Povo na rua pediu democracia na comunicação



Estudantes e trabalhadores protestaram em uma só voz

Em Pelotas, dia de muita mobilização

Divulgação

O Dia Nacional de Lutas foi marcado por muita mobilização em Pelotas. As atividades conjuntas contaram com a participação dos colegas do Judiciário da cidade.



Colegas confeccionaram cartazes com pautas da categoria



No interior do estado, servidores também foram às ruas

Assembleia Geral

Sábado - 3/8 - 14 horas

Pauta:

- 1 - Prestação de Contas - janeiro a junho de 2013
- 2 - Eleição da delegação à XVIII Plenária da Fenajufe
- 3 - Calendário de mobilização da Fenajufe
- 4 - PJe/JT



Salão Multicultural do Sintrajufe/RS
Marcílio Dias, 660

Sintrajufe/RS ajuíza ação sobre reenquadramento da Lei 12.774/2012

O Sintrajufe/RS ajuizou, no dia 12/7, ação judicial buscando o reenquadramento dos servidores sindicalizados, ativos ou aposentados, previsto no Anexo III da Lei nº 12.774/2012, ao correto reposicionamento de acordo com o tempo de efetivo exercício e do número de progressões e promoções consumadas, sendo que, preenchidos os requisitos da Lei nº 11.416/2006, para cada ano de efetivo serviço deve ser computada uma progressão, iniciando no nível A1 (início do cargo) até o limite do nível C13 (fim do cargo), com o pagamento da respectiva remuneração, nos termos do novo Anexo II da Lei nº 12.774/2012.

A ação fundamentou-se em recente precedente do plenário do Conselho Nacional do Ministério Público da União em questão jurídica similar, bem como em entendimento favorável em casos similares no Superior Tribunal de Justiça e nos cinco tribunais regionais federais.

O processo foi protocolado sob o nº 5036135-60.2013.404.7100, na 6ª Vara Federal, e está com o juiz federal Altair Antônio Gregório.



Pagamento da URV da JT aguarda decisão de mérito do TCU

O pagamento administrativo da última parcela da URV (11,98%) dos colegas do TRT deverá aguardar a decisão de mérito do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU determinou, nos autos do Processo TC 007.570/2012-0, que o CSJT se absteresse de realizar procedimentos orçamentários e finan-

ceiros para o pagamento da URV, até que o TCU se pronunciasse sobre o mérito da questão. O processo que trata da URV poderá ser pautado para deliberação do Pleno do TCU na sessão de 24/7 ou na de 31/7/2013, momento em que os ministros analisarão os cálculos encaminhados pelos órgãos à Corte de Contas.

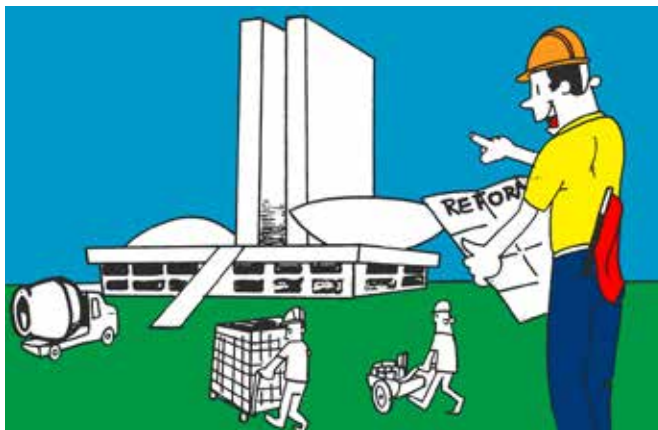
Como estão as execuções das ações de isenção de IR sobre férias vendidas e sobre auxílio-creche

As ações de execução que visam a isenção de Imposto de Renda sobre férias vendidas (2005.71.00.018697-3), bem como a ação que busca a isenção do tributo sobre a assistência pré-escolar (2006.71.00.016318-7), devem ser tratadas em audiência prevista para

agosto. A assessoria jurídica do sindicato entrou em contato com a Fazenda Nacional e aguarda que o juiz agende a audiência para tratar dos procedimentos de execução das duas ações, que se encontram na 2ª Vara Tributária.

Reforma política para fortalecer a democracia

As manifestações do Dia Nacional de Lutas, ocorridas em todo o país no dia 11/7, representaram um passo fundamental para que as pautas históricas da esquerda, como o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho, entrassem na verdadeira disputa existente na sociedade.



O desgaste das instituições da República salta aos olhos de qualquer um. Verifica-se uma rejeição ao atual sistema político, vulnerável ao poder econômico e que favorece o fortalecimento de tradicionais oligarquias políticas. É nesse contexto que surge a oportunidade de pautarmos, entre outros temas, a reforma do sistema político.

A diminuição da interferência do poder econômico no processo eleitoral e na atividade política em geral é um dos debates que urge ser feito. O desejo manifestado nas ruas é também uma reivindicação histórica da Central Única dos Trabalhadores. Não por acaso, antes das ocupações das ruas, a CUT já participava da campanha para viabilizar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a reforma política no país. A intenção é, por meio de um abaixo-assinado, colher 1,5 milhão de assinaturas em adesão ao projeto. A campanha tem foco no fim do financiamento privado das campanhas, no voto em lista fechada e na alternância de gênero nas listas. Como era de se esperar, os boicotes vêm sendo feitos diariamente, com reiteradas tentativas de barrar a consulta popular e impedir qualquer alteração do sistema político. O desafio, portanto, é dos maiores. Por isso, para que o debate possa ser aprofundado nas ruas, é preciso compreender alguns pontos essenciais.

Fim do financiamento privado de campanhas

De acordo com dados do TSE, dos 513 deputados federais eleitos, 369 foram os que mais gastaram nas campanhas de 2010. Das 513 cadeiras do Congresso, 246 são ocupadas por empresários, industriais, banqueiros e fazendeiros. Ou seja, a bancada empresarial representa 48% do Congresso Nacional. Essa relação resulta em privilégio aos políticos ligados às grandes corporações. Cria-se, assim, um mecanismo de perpetuação da elite no poder e quase nada de espaço para que a sociedade possa participar ou se sentir representada.

Lista fechada

A adoção de lista fechada nas votações proporcionais tem como objetivo reduzir o total de recursos financeiros em campanhas, um dos pilares do financiamento público. Além de diminuir o número de candidaturas a receber recursos e permitir maior transparência nos gastos, a proposta valoriza os projetos políticos dos partidos. Hoje, escolhemos basicamente uma pessoa. Na nova proposta, o voto seria em uma lista de nomes previamente ordenada pelo partido. Ou seja, o voto valorizaria a proposta do partido e não a promessa de que uma pes-

soa é capaz de resolver todos os problemas da sociedade.

Alternância de gênero na lista fechada

Ao propor o financiamento público de campanha e a lista fechada, pretende-se também incentivar a representação feminina na política. O projeto de lei prevê que a lista fechada contemple a alternância de gênero em sua composição. Ou seja, ao elaborar a lista, é preciso mesclar: um homem, uma mulher.

Segundo o TSE, as mulheres são 51,8% do eleitorado. No entanto, a sub-representação de mulheres na política institucional persiste, mesmo com a eleição da primeira mulher para a Presidência da República. No Congresso Nacional, por exemplo, foram eleitas apenas 45 mulheres (8,8%), enquanto o total de homens é de 468 (91,2%).

A hora é essa

As energias mobilizadoras de junho demonstraram que temos possibilidades de construir as condições para avançarmos na refundação da República, abrindo uma nova etapa de lutas sociais. A polêmica faz parte do momento que vivemos, mas o campo da democracia deve ser delimitado de forma a isolar os amantes da truculência e do passado. A nova democracia que surge no país deve ser moldada a partir da reforma política, com a população vigilante sobre as decisões que serão tomadas pelos seus representantes. Para isso, nada melhor do que a pressão popular. E, não custa lembrar: pressionar os governantes é natural da democracia.



26/7 -
S e x t a
B á s i c a :
e n c e r r a -
m e n t o d o s e -
m e s t r e d a s o f i -
c i n a s d e c u l t u r a

29, 30 e 31/7 - inscrições 2º semestre oficinas de cultura de Porto Alegre

Julho

24, 25 e 26/7 - entrega ingressos cinemas

25/7 - Quintativa - Festa junina no Salão Multicultural, na sede do sindicato.

Agosto

2 - Reunião ordinária do Núcleo Agentes de Segurança - 19h30

2 - prazo de entrega dos projetos para realização

de oficinas de cultura no interior

3- Assembléia Geral

5 - Reunião Núcleo dos Oficiais de Justiça - 15h

5, 6 e 7 - reserva de ingressos de cinema

7 - prazo final para resposta às cidades inscritas para realização de oficinas de cultura do interior

12 - início das aulas das oficinas de cultura do 2º semestre - capital e interior

12 - último dia inscrições Concurso Fotográfico

16 - reunião ampliada do Núcleo dos Oficiais de Justiça - 14h

24 e 25 - Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe - Brasília

28, 29 e 30 - entrega de ingressos de cinema

CONVÊNIOS

Novos convênios

Em Porto Alegre: cursos de pintura, desenho e fotomontagem digital

O Sintrajufe/RS firmou parceria com a Artes Visuais Workshops, do artista e designer gráfico Denis Siminovich. Pelo acordo, sindicalizados e dependentes têm desconto de 10% nas mensalidades dos cursos e workshops ministrados por Siminovich. São oferecidos cursos de pintura, desenho, *collage* e fotomontagem digital. A duração de cada curso ou oficina pode variar, de acordo com o planejamento ou a necessidade de cada aluno. Os cursos são elaborados com a intenção de proporcionar a experimentação e o aprofundamento das linguagens artísticas.

Travessa dos Venezianos, 15 - Cidade Baixa - Porto Alegre

Telefone: (51) 9907-6720

E-mail: artes_workshops@terra.com.br

artesvisuaisworkshops.wordpress.com

www.denissiminovich.blogspot.com

Thermas Piratuba Park Hotel, em Santa Catarina

A parceria firmada entre o Sintrajufe/RS e o Thermas Piratuba Park Hotel proporciona aos sindicalizados e dependentes desconto de 31% na tarifa-balcão para diárias em períodos de alta e baixa temporada, pacotes de feriados nacionais ou regionais, em todas as categorias de apartamento disponíveis. As diárias incluem café da manhã, almoço e jantar.

Situado a 60 km de Erechim e a 510 km de Florianópolis, o Thermas Piratuba Park Hotel fica a 300 metros do Parque Aquático Termas de Piratuba, em uma das principais e mais bonitas regiões turísticas do Oeste Catarinense.

Rua Florianópolis, 88 - Centro - Piratuba - SC

Telefone: (49) 3553-0000

E-mail: comercial@thermaspiratubahotel.com.br

www.thermaspiratubahotel.com.br

BOLETIM QUINZENAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Lucas Rohde - EDIÇÃO: Rosane Vargas - REDAÇÃO: Rosane Vargas e Willians Barros - DIAGRAMAÇÃO: Leandro Dóro
ILUSTRAÇÕES: Leandro Dóro - PROJETO GRÁFICO E CAPA: Interlig - IMPRESSÃO: VT Propaganda - Tiragem: 5.000 exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 • Fone/Fax: 51 3235.1977
E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br • site: www.sintrajufe.org.br • www.facebook.com/sintrajufers